

# O DIABO NA CORTE:

LEITURA CRÍTICA DO BRASIL ATUAL



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Betto, Frei

O diabo na corte [livro eletrônico] : leitura crítica do Brasil atual / Frei Betto. -- São Paulo : Cortez, 2020.

2 Mb ; ePub

Bibliografia

ISBN 978-65-5555-001-6

1. Bolsonaro, Jair Messias, 1955- 2. Brasil - História 3. Brasil - Política e governo 4. Ciências políticas 5. Eleições - Brasil 6. Presidentes - Brasil I. Título.

20-34863

CDD-320.981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : História política 320.981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

# O DIABO NA CORTE: LEITURA CRÍTICA DO BRASIL ATUAL

FREI BETTO

*Capa:* Sergio Liuzzi

*Edição de texto:* Agnaldo Alves

*Preparação de originais:* Maria Helena Guimarães Pereira

*Revisão:* Patrizia Zagni

*Projeto gráfico e diagramação:* Linea Editora

*Coordenação editorial:* Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

Copyright © 2020 by Frei Betto

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

R. Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo-SP

Tel.: +55 11 3864 0111 | 3803 4800

[cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

[www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

Publicado no Brasil — março de 2020

Aos meus parceiros da Academia Perdiziana de Letras e  
“Litros”\*

Ana Massochi

Celso Adolfo

Daniel Maia

Danilo Miranda e Cléo Regina dos Santos Miranda

Eugênio Bucci

Humberto Werneck

Ivan Ângelo

José Trajano e Rosana Lopez

J.R. Duran

Lúcio e Cris Zaccara

Luiz Ruffato

Mario Sérgio Conti e Flávia Varella

Nicodemos Sena e Marli Perim

Octavio de Barros e Renée Zicman

Pasquale Cipro Neto e Juliana Pasquale

Renato Braz

Ricardo Kotscho

Tom Zé e Neusa Santos Martins

---

\* A Academia, fundada em fevereiro de 2019, reúne, todos os meses, escritores, trovadores e afins, moradores dos bairros paulistanos do Pacaembu, Perdizes e adjacências.

# Sumário

Siglas

## **O governo Bolsonaro**

O diabo na corte

Antes da eleição de Bolsonaro

Bolsonaro eleito presidente

Ato falho ou desprezo pelos pobres?

Impensável vitória de Bolsonaro

Pergunte à história

Suspeita de corrupção na família Bolsonaro

Multa

Nepotismo

O ideólogo

Steve Bannon e as redes digitais

Religião, principal sistema de sentido

Peso do voto evangélico

“A verdade vos libertará”

O “antiglobalista” ministro das relações exteriores e outros ministros

Escola sem partido — deveres detalhados

Escola compartilhada

Governar pelo medo

Naturalização do horror

Lógica do poder

## **Outros temas**

Colonialidade

Decadência do Ocidente

A gaiola neoliberal

Globalização da indiferença

Como endireitar um esquerdista

Despolitizar a política

Pós-democracia

Sacralidade do ser humano

Morte, questão política

Relação fé e política

A face do horror

A morte nutre o capital

Darwinismo social

Direitos Humanos e loteria biológica

Estupro geral

Fundamentalismo econômico

Robin Hood tinha razão

Morador de rua não é caso de polícia. É caso de política

O cardeal eletricista

O desempregado

Templo dos desejos

Mãe ambiente

Degradação ambiental: de quem é a culpa?

Amazônia, desafios

Amazônia, o rosto ecológico de Deus

Amazônia ameaçada

Epílogo

Obras do autor

# Siglas

- AGU — Advocacia-Geral da União
- BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CENIMAR — Centro de Informações da Marinha
- CEO — sigla em inglês de *Chief Executive Officer*, profissional que ocupa o mais alto cargo em uma empresa
- CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CIA — sigla em inglês de Agência Central de Inteligência
- CMP — Central de Movimentos Populares
- CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COAF — Conselho de Controle de Atividades Financeiras
- COP — Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
- CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito
- CUT — Central Única dos Trabalhadores
- DEM — Democratas (partido político brasileiro)
- DOI-CODI — Destacamento de Operações de Informação — Centro de Operações de Defesa Interna
- DOPS — Departamento de Ordem Política e Social
- EUA — Estados Unidos da América
- FAB — Força Aérea Brasileira
- FHC — Fernando Henrique Cardoso
- FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- FMI — Fundo Monetário Internacional



FUNAI — Fundação Nacional do Índio  
IA — Inteligência Artificial  
IBAMA — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LGBTI+ — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais e outros mais  
MDB — Movimento Democrático Brasileiro  
MG — Minas Gerais  
MMA — Do inglês *mixed martial arts*, artes marciais mistas  
MPF — Ministério Público Federal  
MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTST — Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
OAB — Ordem dos Advogados do Brasil  
ONG — Organização Não Governamental  
ONU — Organização das Nações Unidas  
PCdoB — Partido Comunista do Brasil  
PE — Pernambuco  
PIB — Produto Interno Bruto  
PM — Polícia Militar  
PR — Paraná  
PR — Partido da República  
PSC — Partido Social Cristão  
PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL — Partido Social Liberal  
PSOL — Partido Socialismo e Liberdade  
PT — Partido dos Trabalhadores  
PUC — Pontifícia Universidade Católica  
REDE — Rede Solidarietà (partido político brasileiro)

RO — Rondônia

RR — Roraima

RJ — Rio de Janeiro

RS — Rio Grande do Sul

SC — Santa Catarina

STF — Supremo Tribunal Federal

SUS — Sistema Único de Saúde

TSE — Tribunal Superior Eleitoral

UFSC — Universidade Federal de Santa Catarina

# O GOVERNO BOLSONARO

# O DIABO NA CORTE

Conta um velho manuscrito carolíngio que, certa feita, decidiu o diabo instalar-se em plena corte de um rei que se julgava verdadeiro messias. Dos súditos se exigia não apenas obediência, mas sobremaneira devoção.

Como sabem todos, etimologicamente diabo é antônimo de símbolo. Se este une e agrega, aquele divide e confunde. Era exatamente este o intuito do diabo, semear na corte a mais intensa confusão. E ele o fazia a quatro vozes, a sua e as de seus três filhos príncipes.

O rei se tomou de perplexidade e ódio ao ver seus propósitos reduzidos à galhofa. O que ele dizia pela manhã era desmentido à tarde por seus ministros. Se prometia aumentar impostos, logo seus acólitos se apressavam a esclarecer que ele se equivocara. Se um ministro demonstrava a intenção de vender aos barões parte do patrimônio do reino, logo Sua Majestade tratava de contradizê-lo e reafirmar que certos bens estratégicos do reino não poderiam ser alienados.

O diabo, em sua esperteza maléfica, tratou de semear uma das mais eficazes pragas: a confusão semântica. As palavras tiveram seus significados esvaziados ou trocados, a ponto de uma princesa ousar confessar em público ser uma pessoa “terrivelmente religiosa”. Consultasse ela um dos vernaculistas do reino, saberia que o advérbio deriva de “terrível, que causa

ou infunde terror”, conforme aclara o sábio Michaelis. E o monge carolíngio copista do importante manuscrito fez esta glosa que tanto agradou o diabo: “Uma religiosidade terrível nada tem a ver com o bom Deus”.

A mesma nobre autoridade ousou decretar que, no reino, meninas deveriam trajar rosa e meninos, azul. O diabo esfregou as mãos de satisfação. Os daltônicos, por temerem incorrer em erro, preferiram sair nus à rua, o que suscitou uma onda de escândalos. Os que haviam nascido menina e, no entanto, se sabiam menino, vestiram-se de rosa, e os meninos que se sabiam meninas trajaram o azul, o que os tornou alvo de severos castigos.

Por injunção do diabo, toda e qualquer pluralidade foi banida do reino, impondo-se a mais estrita dualidade. Quem não era amigo era inimigo. E para que tal dualidade não sofresse a menor ameaça de ser contaminada pela dialética, baniu-se do reino o Ministério da Cultura. Pensar passou à categoria de crime. Foi extinto ainda, entre outros, o Ministério do Trabalho, já que o diabo incutiu na nobreza ser muito mais lucrativo o trabalho escravo que o assalariado, tão oneroso para as burras de marqueses e condes.

Não satisfeito em provocar tamanha confusão no reino, o diabo decidiu agir na educação dos súditos. Para o rei, todos os monarcas que o precederam haviam envenenado a educação com a famosa peste do *ismo*, contaminando de tal modo a visão dos educandos que enxergavam vermelho onde havia verde.

Na alfabetização, baniram-se todos os métodos que associavam palavras e ideias, e adotou-se o método fônico, que recorta letras para formar palavras. O jogo de Palavras



Cruzadas foi terminantemente proibido por favorecer a semântica em detrimento da sonoridade vocabular.

O ministro encarregado das relações com os reinos vizinhos falava javanês. Ninguém nada entendia, o que não tinha a menor importância, já que o seu interesse era se sentir cercado de admiradores e, de preferência, bajuladores. Sua diplomacia consistia no mais estrito verticalismo, que prioriza a relação com os Céus, em detrimento de todo e qualquer horizontalismo de boa vizinhança com os demais reinos.

Muitos séculos depois de encontrado este manuscrito, descobriu-se outro em um reino do Sul, saído da lavra de um descendente de escravos. Intitulava-se *A igreja do diabo*. O autor se chamava Joaquim Maria Machado de Assis. Mas isso é outra história.

# ANTES DA ELEIÇÃO DE BOLSONARO

**E**m *O Globo*, de sábado, 15 de setembro de 2018, publiquei este artigo:

## *Eleição democrática do terror*

*Ele nada entendia da situação real do país. Nem demonstrava interesse por ela, embora atuasse ativamente na política. Por isso não gostava de ser questionado, irritava-se diante das perguntas como se fossem armas apontadas em sua direção. Não queria que a sua ignorância se tornasse explícita.*

*Ser estranho, tinha os olhos alucinados afundados nas órbitas, lábios espremidos, gestos cortantes. Todo o seu corpo era rígido, como se moldado em armadura. Ao ficar na defensiva, parecia uma fera acuada. Ao passar à ofensiva, a fera exibia garras afiadas, e de suas mandíbulas pingava sangue.*

*Sua fala exalava ódio, rancor, preconceito. Aliás, não falava, gritava. Não sabia sorrir, tratar alguém com delicadeza, ter um gesto de cortesia ou humildade. Evitava ao máximo os repórteres. Julgava as perguntas invasivas. E temia que a sua verdadeira face antidemocrática transparecesse nas respostas.*

*Educado em fileiras militares, aprendera apenas a dar e cumprir ordens, enquadrar quem o cercava e ultrajar quem se opunha às suas opiniões. Jamais aceitava o contraditório ou praticava um mínimo de tolerância. Considerava-se o senhor da razão.*

*A nação estava em frangalhos, mergulhada em crise ética, política e econômica, e o horizonte da esperança espelhado em trevas. Pelo país afora havia milhares de desempregados, criminalidade generalizada, corrupção em todas as instâncias de poder. O câmbio disparara, a moeda nacional perdia valor, o descontentamento era geral. O governo carecia de credibilidade e se via cada vez mais fragilizado. O povo clamava por um salvador da pátria.*

*Jovens desesperançados viam nele um avatar capaz de inaugurar a idade de ouro. Era ele o cara, surfando na descrença generalizada na política e nos políticos. O Executivo se debilitara por corrupção e incompetência, o Legislativo mais parecia um ninho de ratos, o Judiciário se partidarizara submisso a interesses escusos.*

*Ele se dizia cristão, e se considerava ungido por Deus para livrar o país de todos os males. Advogava soluções militares para problemas políticos. Movido pela ambição desmedida, se apresentou como candidato à eleição democrática para ocupar o mais alto posto da República, embora ostentasse a patente de simples oficial de baixo escalão do Exército.*

*De sua oratória raivosa ressoava o discurso agressivo, bélico, insano. Haveria de modificar todas as leis para implantar uma ordem marcial que poria fim a todas as mazelas do país. Eleito, seria ele o comandante-em-chefe, e todos os cidadãos passariam a ser tratados como meros recrutas obrigados a cumprir estritamente as suas ordens.*

*Prometia fortalecer o aparato policial e as Forças Armadas. Sua noção de justiça se resumia a uma bala de revólver ou a um tiro de fuzil. Eleito, excluiria da vida social um enorme contingente de pessoas consideradas por ele sub-humanos e indesejáveis — feministas, homossexuais, trabalhadores em luta por seus direitos e “comunistas”, como eram qualificados todos que lhe faziam oposição. Todos que se opunham às suas opiniões eram por ele apontados como bodes expiatórios da desgraça nacional.*

*Seu mandato presidencial haveria de trazer a era de fartura e prosperidade. Reergueria a economia e asseguraria oportunidades de trabalho a todos. Exaltaria os privilégios do capital sobre os direitos dos*



*trabalhadores. Aqueles que o seguissem seriam felizes, e livres para sobrepor a lógica das armas ao espírito das leis. Os demais, excluídos sumariamente do convívio social.*

*Enfim, após uma série de manobras políticas e forte repressão às forças adversárias, ele foi eleito chefe de Estado. A nação entrou em júbilo. O salvador havia descido dos céus! Ou melhor, brotado das urnas.*

*Tudo isso aconteceu em 1933. Na Alemanha alquebrada pela derrota na Primeira Grande Guerra. O nome dele era Adolfo Hitler.*

Este o meu temor, de que o governo de Jair Bolsonaro, uma vez eleito, desencadeasse uma onda de violência no país sobre todos aqueles que não rezavam por sua cartilha. Mas para isso ele precisaria superar seus concorrentes da corrida presidencial, como Fernando Haddad, do PT; Ciro Gomes, do PDT; e Geraldo Alckmin, do PSDB. E sua arrogância e real desconhecimento da conjuntura do Brasil poderiam despontar como os principais obstáculos ao crescimento de sua candidatura quando chegasse o momento de se defrontar com seus rivais nos debates televisivos.

Um fato inesperado ocorreu. Em 6 de setembro de 2018, véspera da comemoração da independência do Brasil, Bolsonaro teria sido vítima de uma facada durante campanha eleitoral em Juiz de Fora (MG). A partir daquela data não mais participou de debates, e ainda roubou de Lula — preso em Curitiba (PR) pela Lava Jato, que o alijou da corrida presidencial — o papel de vítima do processo político brasileiro.

Até hoje guardo dúvidas sobre a facada. E Lula me repetiu a mesma impressão quando o visitei pela segunda vez na prisão, a 17 de dezembro de 2018. Não havia sangue na camisa; o

agressor escapou ileso, sem levar um tapa ao ser preso; e ainda demonstrou uma tranquilidade inexplicável quando fotografado e filmado na delegacia de Juiz de Fora (MG). Minhas dúvidas aumentaram ao assistir a um vídeo filmado em Juiz de Fora na data fatídica.<sup>1</sup> Teria sido uma bem montada trama que livrou Bolsonaro dos debates eleitorais?

As despesas de socorro médico na Santa Casa de Juiz de Fora foram pagas, segundo a instituição, pelo SUS. Mas até hoje não se sabe quem pagou o jatinho que levou Bolsonaro da cidade mineira para São Paulo, onde foi internado no hospital Albert Einstein. Nem quem pagou o tratamento nesse hospital, um dos mais caros do país. Bolsonaro não apresentou à Câmara dos Deputados pedido de ressarcimento dos custos médicos e hospitalares.<sup>2</sup>

O leitor que tire as suas conclusões.

# BOLSONARO ELEITO PRESIDENTE

O PSL (Partido Social Liberal), pelo qual Jair Messias Bolsonaro se elegeu presidente, tinha apenas um deputado federal eleito em 2014. Outros sete aderiram nos anos seguintes. Em 2018, elegeu 52, a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados. Perdeu apenas para o PT, que elegeu 56. Em seguida, figuram: PP 37; MDB 34; PSD 34; PR 33; PSB 32; PRB 30; PSDB 29; PDT 28; SD 13; PODE 11; PTB 10; e PSOL 10. Não elegeram nenhum deputado federal o PCdoB, a REDE, o PV, entre outros partidos. O PSL elegeu também três governadores (SC, RO, RR), e ainda recebeu o apoio dos governadores eleitos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Bolsonaro foi eleito com 55,13% da preferência eleitoral, ou seja, 57,7 milhões de votos. Fernando Haddad, do PT, teve 44,9% da preferência eleitoral. Somou 47 milhões de votos. Dos 147 milhões de eleitores, 2,1% optaram por votar branco (2,5 milhões de eleitores) e 7,4%, por votar nulo (8,6 milhões de eleitores). Nulos e brancos somaram 9,6%. A soma de brancos, nulos e abstenções foi em torno de 30 milhões de eleitores.

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” — eis o mote de campanha de Bolsonaro. Em 1986, quando ainda estava na



ativa no Exército, publicou um artigo na revista *Veja*, no qual defendia aumento salarial para os militares. E para chamar a atenção para tal reivindicação, ele e um colega planejaram explodir bombas no Rio. Devido ao “plano bombástico” e ao artigo, considerado indisciplina por seus superiores, uma sindicância foi aberta no Exército.

Bolsonaro recebeu condenação no início de 1988. Acusado de “transgressão grave”, ficou preso por 15 dias. Recorreu ao Superior Tribunal Militar e foi inocentado por 8 a 4. Isso o tornou conhecido entre os seus pares e, em 1988, foi eleito vereador no Rio. Graças ao seu empenho por aumento do soldo da caserna, elegeu-se deputado federal em 1990 e, reeleito, permaneceu no cargo até 2018.

Durante a campanha presidencial, em debate dos candidatos na TV antes do suposto atentado em Juiz de Fora, Guilherme Boulos, do PSOL, indagou de Bolsonaro: “Quem é Wal?”. Wal é Walderice Santos da Conceição, a Wal do Açaí, que vendia o fruto em Angra dos Reis (RJ), onde Bolsonaro tem casa. Mesmo morando no litoral fluminense, Wal recebia R\$ 1,3 mil mensais como funcionária lotada no gabinete do deputado em Brasília. Seu marido, Edenilson, atuava como caseiro de Bolsonaro. Após a pergunta de Boulos, Wal se demitiu no dia seguinte...

Em 1999, já como deputado, Bolsonaro empregou em seu gabinete sua companheira Ana Cristina Valle, o pai e a irmã dela. Declarou que, por estar se divorciando, não praticava nepotismo. No mesmo ano, em programa de TV, disse que “no período da ditadura deviam ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique”.

Em 2014, foi processado pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados após declarar que não estupraria uma deputada (Maria do Rosário, PT-RS), porque “é feia e não merece”. Bolsonaro e seu filho Eduardo recebiam, como deputados federais, mais de R\$ 6 mil de auxílio-moradia, mesmo tendo imóvel próprio em Brasília. Questionado, respondeu que utilizou o dinheiro “para comer gente”.

Bolsonaro e seus três filhos parlamentares possuíam patrimônio, em 2018, de cerca de R\$ 6 milhões, declarados à Justiça Eleitoral. Tinham R\$ 1,6 milhão em 2010 e R\$ 3,3 milhões em 2014.

Em 29 de outubro de 2018, *O Estado de S. Paulo* publicou editorial intitulado *Salto no escuro*. Diz o texto: “Se há um ano alguém dissesse que Jair Bolsonaro tinha alguma chance de se eleger presidente da República, provavelmente seria ridicularizado. Até pouco tempo atrás, o ex-capitão do Exército era apenas um candidato folclórico, desses que de tempos em tempos aparecem para causar constrangimentos nas campanhas — papel cumprido mais recentemente pelo palhaço Tiririca (...).<sup>3</sup> Pois a ‘tiriricarização’ da política atingiu seu ápice com a escolha de um presidente da República que muitos de seus próprios eleitores consideram completamente despreparado para chefiar o governo e o Estado”.

“A explicação mais óbvia para tal fenômeno é que os eleitores escolheram Bolsonaro porque este se apresentou como a antítese raivosa do lulopetismo. A ânsia de repudiar tudo que o PT e Lula da Silva representavam superou qualquer outra consideração de caráter político. (...)”

“Bolsonaro tornou-se célebre por exaltar a ditadura militar e

a tortura, por declarações desairosas sobre mulheres, negros e homossexuais, e por menosprezar as instituições democráticas. (...)”

“Eleito, Jair Bolsonaro terá de reconhecer que há uma grande diferença entre fazer campanha eleitoral e administrar um país — especialmente em meio a uma das mais graves crises da história. O problema é que ninguém sabe quais são as ideias do presidente eleito, admitindo-se que ele as tem.”

(...)

“Ou seja, o eleitor escolheu Bolsonaro sem ter a mais remota ideia do que ele fará quando estiver na cadeira presidencial. Não é um bom augúrio, justamente no momento em que o País mais precisa de clareza, competência e liderança.”



# ATO FALHO OU DESPREZO PELOS POBRES?

**C**omeçou mal o governo Bolsonaro. Na cerimônia de posse, a 1º de janeiro de 2019, em Brasília, compareceram 150 mil pessoas, e não as 500 mil esperadas. O esquema de segurança foi excessivamente rigoroso. Nem água as pessoas foram autorizadas a portar, apesar do intenso calor. Muitos desmaiaram, e não funcionou o prometido fornecimento de água potável pelo poder público.

Nos discursos de posse, o eleito não fez qualquer referência a dois problemas que afetavam duramente o Brasil: o desemprego de mais de 12 milhões de cidadãos e o sucateamento do sistema público de Saúde. Preferiu retomar seu discurso anticomunista de campanha ao prometer “libertar o país do socialismo”... Talvez seja ignorância minha, mas nunca me dei conta de que há ou houve socialismo no Brasil.

Referiu-se ainda à “defesa da família” e à “tradição judaico-cristã” do Brasil. Como diz Ancelmo Gois, com todo respeito é bom lembrar que o nosso país nunca teve tradição judaica. Cristã, sim. Mas como se fez presente na posse o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, a quem Bolsonaro se mostra subserviente, se explica a gafe de um presidente que prometeu cumprir a Constituição que reza ser o Brasil um país

laico.

Disse ainda que “é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares”.<sup>4</sup>

Ao empunhar uma bandeira do Brasil, declarou-se disposto a derramar “o nosso sangue para mantê-la verde e amarela”.

Na mesma noite da posse, o *Diário Oficial* transferiu a Funai do Ministério do Meio Ambiente para o da Agricultura, como parte da estratégia de pôr um fim à demarcação das terras indígenas.

A mídia recebeu um tratamento típico de quem odeia imprensa livre. Os jornalistas designados para cobrir a posse foram obrigados a chegar ao CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), sede do gabinete de transição, às 7h. Isso valia inclusive para os repórteres que cobririam o coquetel oferecido pelo Itamaraty, marcado para ter início às 19h, 12 horas depois! Os representantes da China e da França, indignados, se retiraram em protesto.

No Salão Verde da Câmara dos Deputados, os jornalistas tiveram de sentar no chão... Para ingressar na área em que Bolsonaro passaria, todos foram submetidos a rigorosa revista. Maçãs e garrafas de água mineral ficaram proibidas, pois poderiam ser atiradas no presidente... No entanto, notebooks, bem mais pesados, puderam passar.

No Salão Branco do Congresso, conhecido como “chapelaria”, até o uso do banheiro foi restringido. Quem necessitava usá-lo tinha que se programar. E após 13h foi



proibido beber água e usar o banheiro, porque autoridades passariam por ali.

Para decepção de novo presidente, Trump não compareceu. Enviou seu Secretário de Estado, Mike Pompeo.

No parlatório do Palácio do Planalto, Bolsonaro leu o discurso. A versão original do texto, distribuída previamente pela assessoria de transição do novo governo, continha a afirmação de que investimentos em educação poderiam atenuar as diferenças entre ricos e pobres no Brasil.

Nosso país é o 9º mais desigual do mundo e o primeiro na América Latina. Em 2018, segundo dados da Oxfam, a parcela de 1% mais rica da população se apropriava de mais de 25% da renda nacional. E a soma da riqueza dos 5% mais ricos era igual à soma da riqueza dos demais 95% da população.

Entre a população, 80% (ou 165 milhões de pessoas) sobreviviam com uma renda inferior a dois salários mínimos por mês (R\$ 1.996). Os 10% mais ricos ficavam com 74% da riqueza nacional. E 50% da população (104 milhões de brasileiros) dividiam entre si 3% da riqueza do país. Além disso, o Brasil é o país mais violento do mundo. Em 2017 houve, aqui, 63.880 mil assassinatos. A principal causa da violência é a desigualdade social.

Eis a versão do texto entregue pela assessoria a Bolsonaro: “Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e o futuro de nossos filhos e netos, diminuindo a desigualdade social”.<sup>5</sup>

Do alto do parlatório, na Praça dos Três Poderes, ele concluiu seu discurso na palavra “filhos”. Omitiu a referência à redução da desigualdade social. E também ao discursar no

Congresso não tocou no tema do combate à pobreza.

Assessores do presidente, questionados pela mídia, disseram ter sido um lapso. “Ele deve ter pulado, até porque seria bom fazer referência à desigualdade”, tentou explicar o general Augusto Heleno. “Não é fácil ler discurso assim. De repente, as letras começam a embaralhar...”, concluiu o militar.

Ora, Bolsonaro não trai o seu viés ideológico, que sabe ser real a desigualdade social, mas considera concessão ao “marxismo cultural” se referir a ela. Porque, segundo a lógica dessa ideologia, falar da desigualdade implica querer combatê-la. E para isso é preciso buscar as suas causas. E elas são óbvias: o sistema capitalista predatório que torna os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Na abertura do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2019, a Oxfam noticiou que, em 2018, os mais ricos do mundo tiveram aumento de 12% em suas fortunas, enquanto os mais pobres diminuição de 11% em suas rendas. E a Cepal anunciou que a miséria cresce na América Latina nos últimos anos. Hoje, entre a pobreza e a miséria vivem 30% da população do continente, ou seja, 210 milhões de pessoas, o mesmo número de pessoas que o Brasil abriga.

Já que não se pretendia reduzir a desigualdade social, nem mesmo pela melhoria da educação ou aumento da oferta de emprego (tema também omitido pelo presidente), haveria que tentar dissimulá-la. Para tanto, há vários recursos ideológicos, já que não há milagre que faça desaparecer favelas, pedintes, moradores de rua, corpos caídos nas calçadas, enfim, os mais pobres que integram os 165 milhões de brasileiros que sobrevivem, a cada mês, com menos de dois salários mínimos.

O recurso mais utilizado para naturalizar a pobreza é o religioso. As coisas são assim porque Deus quer. Porém, quem vive conforme os preceitos da fé alcança a prosperidade. Basta trabalhar arduamente, deixar de fumar e beber, limitar o número de filhos (de preferência, o homem fazer vasectomia), e, se necessário, praticar o aborto induzido, conforme defende Edir Macedo, cuja Igreja Universal do Reino de Deus é a favor de sua descriminalização.

O importante, nesse viés ideológico, é aceitar que a riqueza é uma bênção divina e não se deve pretender reduzi-la através de políticas que propiciem distribuição de renda. E a pobreza é sinal de maldição...

Isso faz lembrar as pregações católicas na Colônia brasileira. Para que os escravos suportassem os maus-tratos, evocava-se Jesus crucificado, enquanto aos escravocratas se anunciava o Jesus manso e dócil de coração, para que, condoídos, abrissem o bolso em doações às obras eclesiásticas.

O único grande problema é que não se conhece povo que tenha suportado a desigualdade por longo tempo. Há um momento em que a ostentação dos ricos é vista pelos pobres como ofensa. Então, estes descobrem que são maioria e têm em mãos um poder que, até hoje, nenhuma força bélica foi capaz de superar.



# IMPENSÁVEL VITÓRIA DE BOLSONARO

Ivo Lesbaupin, cientista político e assessor de movimentos pastorais e sociais, apresentou pertinente análise da vitória de Bolsonaro na reunião semestral do Grupo Emaús,<sup>6</sup> em Corrêas (RJ), no fim de semana de 9 a 11 de novembro de 2018, da qual participei. “O que explica a impensável vitória de Bolsonaro?”, perguntou. Iniciou por examinar o papel das forças de direita:

“A primeira razão foi a inviabilização da principal liderança popular, única que, segundo pesquisas de opinião, seria capaz de vencer Bolsonaro: denúncia, processo, condenação e prisão de Lula, e proibição de candidatura. A segunda, o apoio da grande mídia, manifestado a partir do momento em que outro candidato de direita ficou inviável (Geraldo Alckmin, do PSDB). A grande mídia cuidou de esconder as fraquezas de Bolsonaro, protegê-lo de suas próprias falas e tratá-lo como candidato comum (e não antidemocrático). A grande mídia e as instituições da Justiça (STF, sobretudo) são responsáveis por ele ter crescido, apesar de suas falas antidemocráticas e anticonstitucionais: em seu discurso, ao votar pelo *impeachment* de Dilma, defendeu o coronel Brilhante Ustra, notório torturador.<sup>7</sup> Nenhuma censura foi levantada contra ele, nenhum processo, nenhuma denúncia. No contexto da guerra

contra Dilma, bater na ex-presidente era justo; a opção foi protegê-lo.

“Mais adiante, e logo antes das eleições, o STF o livrou da acusação de racismo em uma fala mais do que racista. Bolsonaro cresceu graças a esta proteção. Enquanto a grande mídia, em outros países, ataca a extrema-direita (na França, Le Pen, por exemplo), aqui ela o defendeu.

“O discurso antidemocrático de Bolsonaro, para a multidão de seguidores em São Paulo, não foi objeto de processo por nenhum órgão da Justiça, por nenhuma autoridade pública. É como se fosse um discurso comum de um candidato comum.

“Precisamos voltar mais atrás para entender o que aconteceu: como explicar que um candidato que defende abertamente a ditadura de 1964-1985 e a tortura, e tem como herói um torturador, pode ser valorizado, apoiado e eleito pela maioria de eleitores? A proteção da mídia, como já apontado, o tornou um candidato comum. Porém, o principal foi ressaltado no artigo de Eliane Brum, ‘Esquerda, direita e o embargo da memória’.<sup>8</sup> Não houve no Brasil pós-1985 um esforço, por parte de nenhum governo, de investigar o que aconteceu na ditadura. No governo Lula, a Comissão de Mortos e Desaparecidos não teve apoio para funcionar; o governo não queria problemas com os militares. Quando da divulgação do PNDH 3 — Programa Nacional de Direitos Humanos — (2009), o governo cedeu à reação do ministro da Defesa — falando em nome das Forças Armadas —, que não queria Comissão da Verdade. Ao invés de agir como presidente e demitir os ministros desobedientes — que Lula havia nomeado —, preferiu ser condescendente. Depois desse recuo, começaram a

aparecer, pela primeira vez, desde o fim da ditadura, artigos na mídia defendendo o regime militar: eles se sentiram fortes para ousar.

“Quando do julgamento da Lei da Anistia pelo STF (abril/2010), provocado pela OAB, que argumentava a inconstitucionalidade da lei, o ministro Eros Grau defendeu a sua constitucionalidade, seguido pela maioria dos ministros. O governo nada fez, antes, para sinalizar o absurdo de uma Lei de Anistia decretada pela própria ditadura em favor dos torturadores (1979). É o único país do mundo em que o torturador do regime militar não pode ser processado (pois foi anistiado). Até hoje, na Alemanha, se processam torturadores nazistas — mesmo que tenham mais de 90 anos. No direito internacional, a tortura é um crime imprescritível. Aqui, não.

“A presidente Dilma prometeu e cumpriu: instalou uma Comissão da Verdade, que trabalhou durante dois anos e entregou o relatório em dezembro de 2014. Foi o único período em que se tratou do passado da ditadura, mas a mídia não deu destaque. Depois de entregue o relatório, ele sumiu do noticiário.

“Em maio de 2016, na votação do impedimento de Dilma, quando Bolsonaro exaltou o torturador Brilhante Ustra, a mídia recebeu o discurso quase com alegria: qualquer coisa contra Dilma era bem-vinda, e o absurdo passou como se fosse digno.

“Pode-se imaginar, em qualquer país do mundo, um político homenagear um torturador como herói? Na Alemanha, na França, mesmo nos EUA? O que acontece lá quando alguém diz que foram mortos poucos judeus na Segunda Grande Guerra, e que deveriam ter matado mais?



“A maioria da população não viveu a ditadura militar, não conhece a história da ditadura. Tem uma vaga ideia de que foi um período de progresso, em que não havia violência nas ruas, havia ordem. O que houve de ruim, as prisões, torturas e assassinatos, é desconhecido. A falta de liberdade, a censura, a perseguição política, são desconhecidas. Tanto no Chile como na Argentina houve investigação sobre os crimes cometidos pelas respectivas ditaduras. A população conhece sua história. Na Argentina foram presos não só torturadores, mas também os mandantes, como o presidente Rafael Videla. Aqui, tanto uns como outros são homenageados. Reação dos órgãos públicos: nenhuma. Reação da mídia: leve.

O trabalho prévio feito pela mídia para desconstruir o PT foi fundamental. Mas foi enormemente potencializado pelo uso das redes sociais (Facebook, mas sobretudo o WhatsApp), com uma metodologia já vitoriosa na votação do Brexit (Inglaterra) e na eleição de Trump (EUA). Steve Bannon, diretor da empresa responsável por este trabalho virtual, teve papel fundamental nesta campanha e destronou os meios de comunicação tradicionais (rádio, jornais, TV). Foi nas redes que a máquina de produzir *fake news* transformou o candidato do PT em um monstro (monstro “moral” — incesto, kit gay, estupro etc. —, além de o acusarem de querer transformar o Brasil em uma Venezuela).”

Em seguida, Lesbaupin abordou a parcialidade da Operação Lava Jato:

“A Operação Lava Jato, que deveria ser uma ampla investigação sobre a corrupção no Brasil, se revelou uma operação contra o PT e suas lideranças: Dilma (para ser

derrubada) e Lula (para ser impedido de concorrer). Um juiz de primeira instância<sup>9</sup> fez e desfez, tomou iniciativas irregulares e ilegais, e nenhuma instância superior se pronunciou: vazamentos, difusão pela mídia, divulgação de conversas de caráter sigiloso, prisões preventivas sem prazo, delações premiadas dirigidas, vazamentos seletivos de delações para a imprensa. Lula foi explicitamente perseguido, sem provas cabais, enquanto outras lideranças citadas e denunciadas com provas foram protegidas e defendidas pelos mesmos poderes. É um caso óbvio de justiça parcial. E os tribunais superiores não ousaram opor qualquer obstáculo.

“Com o *impeachment* de Dilma, já não estávamos em um Estado Democrático de Direito, estávamos em um Estado de Exceção. O que o caracterizava não era a existência de um ditador, eram medidas de exceção tomadas dentro de um regime aparentemente democrático (liberdade de imprensa, liberdade de ir e vir, instituições formais da democracia). A lei deixou de ser um parâmetro incontornável.

“Houve, antes das eleições, invasões de quatro universidades públicas federais, supostamente para investigar improbidade de autoridades, uma das quais resultou na morte do reitor (UFSC).<sup>10</sup> Isto não é o normal em uma democracia. Têm ocorrido agressões, assassinatos e intimidação de lideranças indígenas e camponesas, de defensores de direitos humanos, sem quaisquer providências dos órgãos públicos.

“Cresceu no país o clima de ódio. Na verdade, alimentado pelo discurso de que as instituições políticas estão falhando com seu dever (permitindo a impunidade...). E estimulado pelo discurso de Bolsonaro.



“Agora, cabe examinar o papel da esquerda. Sabemos que o governo Lula fez uma série de políticas positivas: Bolsa Família; aumento real do salário mínimo; acesso à universidade; política de cotas; acesso ao consumo por parte de famílias pobres; ascensão de 30 milhões de pessoas saídas da miséria; política externa mais independente etc. Mas houve também opções políticas ruins: política econômica a serviço do capital financeiro (dívida pública — juros reais altos — lucros dos bancos); obras públicas e megaprojetos a serviço das empreiteiras; a construção de Belo Monte e demais hidrelétricas, em detrimento dos povos indígenas e ribeirinhos da Amazônia (dos rios Xingu, Tapajós e Madeira); o investimento no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); a submissão aos interesses do agronegócio e das multinacionais (a liberação do plantio de transgênicos, favorecendo os interesses da Monsanto e outras multinacionais).

“Os governos progressistas (Lula-Dilma) foram insensíveis à questão ambiental. Além disso, aderiram às privatizações (portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, leilões de áreas de exploração do petróleo, pré-sal, política energética, setor privado de saúde e educação).

“O mais grave foi o abandono da preocupação com a ética na política, a fim de atender aos interesses de negociação com o Congresso. Este abandono será o principal fator do enfraquecimento/desmoralização das esquerdas no período pós-eleitoral de 2014. O que permitiu à Operação Lava Jato perseguir o PT foi a busca do partido de constituir maiorias no Congresso para ter ‘governabilidade’: é isto que explica, na sua raiz, o ‘mensalão’ e o ‘petrolão’. Em vez de inaugurar uma

nova forma de fazer política, de apelar aos movimentos sociais, de fazer uma reforma do sistema político, a opção foi abraçar a velha política, a política da barganha. Isto sempre foi feito pelos governos conservadores, não é nenhuma novidade. Mas o PT sempre havia lutado contra a corrupção: vide seu papel nas CPIs do PC<sup>11</sup> (1992) e do Orçamento (1993). E sua opção original era ser um partido diferente, estava no seu DNA. Graças a esta opção (fazer a política da barganha), o governo ficou vulnerável. Quando houve oportunidade, a direita se aproveitou. Mas teve a seu favor um grave erro do governo Dilma: o estelionato eleitoral do ajuste fiscal. Graças a esta opção, revelada no dia seguinte da vitória de 2014, os trabalhadores começaram a perder direitos (regras do seguro-desemprego, sobre as pensões etc.); recursos passaram a ser cortados para várias políticas; entramos em recessão; o desemprego cresceu; e os eleitores de Dilma, em vez de irem para as ruas defendê-la, ficaram em casa. Só foram para a rua os movimentos sociais organizados.

“A esquerda estava desmoralizada (campanha contra a corrupção), parte dos eleitores de Lula ficaram decepcionados (mesmo os que não acreditaram na narrativa da ‘maior história de corrupção’ no Brasil), e a política econômica de Dilma não podia ser defendida. Ficamos no mato sem cachorro.

“Qual o caminho escolhido pelos governos Lula-Dilma? Atender à demanda dos mais pobres, dos trabalhadores, mas sem deixar de atender aos interesses dos mais ricos. Foram feitas alianças amplas, inclusive com partidos mais à direita. Pouco a pouco, estas alianças incluíram os do outro lado: Sarney, Maluf, Collor. Resultado: nenhuma reforma estrutural

foi feita, e as concessões aos grandes cresceram. A opção pela barganha tinha, como escolha implícita, não fazer reforma do sistema político. Em razão das alianças, não se fez a reforma agrária, não se fez reforma tributária — uma das principais causas da desigualdade social no país. Não se tentou nenhuma regulação dos meios de comunicação, para impedir o monopólio/oligopólio dos grandes grupos de mídia. Não se fortaleceram os trabalhadores e suas organizações, os movimentos sociais e sua capacidade de ação.”



# PERGUNTE À HISTÓRIA

**E**m conferências na Europa, me perguntaram como se explica eleitores brasileiros preferirem eleger presidente da República um homem notoriamente defensor da tortura, da homofobia, das milícias, do machismo e da ditadura. Como entender que a maioria tenha escolhido um candidato que considera mais importante armar a população do que reduzir a desigualdade social.

Por que os eleitores não preferiram Haddad, Alckmin, Meirelles, Ciro Gomes ou Álvaro Dias?

Minha resposta foi sempre “perguntem à história”. A ela recorro. Como foi possível, após 15 anos de Estado Novo (1930-1945), um regime ditatorial de dura repressão, censura à imprensa e promulgação, em 1937, de uma Constituição fascista, conhecida como “polaca”, Getúlio Vargas ter sido democraticamente eleito presidente da República nas eleições de 1950?

Como explicar que a nação de Kant, Beethoven, Bach, Goethe e Einstein tenha escolhido um austríaco racista e genocida, Adolf Hitler, para comandá-la? E a Itália de Dante Alighieri, Maquiavel, Da Vinci e Michelangelo, um fascista como Mussolini?

Eleitores nem sempre votam com a razão. Muitos votam com a emoção. Insatisfeitos com o atual estado de coisas, optam

pelo extremo oposto na esperança de que, num passe de mágica, tudo venha a melhorar. Muitas vezes o voto não é propriamente a favor do candidato que amealha a preferência do eleitorado. É contra tudo que ele critica e promete combater, como na eleição de Jânio Quadros a presidente em 1960. Ao brandir como símbolo de sua campanha a vassoura, prometeu varrer a corrupção e os corruptos do Brasil... Idem Collor, em 1989, ao ostentar o título de “caçador de marajás”.

Há boa dose de irracionalidade naqueles que votam contra isso ou aquilo, movidos pelo ódio e pela sede de vingança. Quanto mais demonizam os adversários, mais mitificam o candidato preferido, como se a política prescindisse de instituições democráticas e dependesse apenas da vontade pessoal do eleito. Esses eleitores não votam a favor de um projeto de nação e propostas consistentes, e sim contra aqueles que, na opinião do avatar escolhido, representam o mal.

No Brasil, a redução do tempo de campanha política, as restrições a comícios e propagandas eleitorais impedem que as candidaturas favoreçam a educação eleitoral e política. Assim, o clima de revanche tende a suplantar a reflexão cívica, o debate democrático, a avaliação dos candidatos e de suas propostas.

Perguntem à história quem ganha eleições, e ela certamente responderá que não são necessariamente os melhores, mas aqueles capazes de servir de ímã às insatisfações e frustrações da população. Em países em crise, e cuja nação carece de consciência histórica, os eleitores não buscam solução, buscam salvação. Já não são um povo, formam uma massa.

“A massa é extraordinariamente influenciável, crédula,

acrítica; o improvável não existe para ela. Pensa em imagens que evocam umas às outras associativamente, como no indivíduo em estado de livre devaneio, e que não têm sua coincidência com a realidade medida por instância razoável. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e exaltados. Ela não conhece dúvida, nem incerteza. Vai prontamente a extremos; a suspeita exteriorizada se transforma de imediato em certeza indiscutível; um germe de antipatia se torna ódio selvagem.

“Quem quiser influir sobre ela não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma fala. Como a massa não tem dúvidas quanto ao que é verdadeiro ou falso, e tem consciência da sua enorme força, ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade. Respeita a força, e se deixa influenciar apenas moderadamente pela bondade, para ela uma espécie de fraqueza. O que exige de seus heróis é fortaleza, até mesmo violência. Quer ser dominada e oprimida, quer temer os seus senhores. No fundo, inteiramente conservadora, tem profunda aversão a todos os progressos e inovações, e ilimitada reverência pela tradição” (Freud, *Psicologia das massas e análise do eu* — 1921).



# SUSPEITA DE CORRUPÇÃO NA FAMÍLIA BOLSONARO

**A** 6 de dezembro de 2018, poucos dias antes da diplomação de Jair Bolsonaro como futuro presidente da República — quando o eleito enfatizou: “sempre me pautei pela defesa dos valores da família” —, saiu a denúncia de que a futura primeira-dama, Michelle Bolsonaro, recebera, entre 2016 e 2017, um cheque de R\$ 24 mil. Seriam esses os “valores da família”?

O generoso cheque foi depositado por Fabrício José Carlos de Queiroz, funcionário do gabinete do então deputado estadual no Rio, Flávio Bolsonaro (PSL-RJ). Queiroz, motorista de Flávio, é velho amigo da família do presidente, com quem costumava pescar, e sua mulher e filhos trabalharam nos gabinetes dos Bolsonaro. Este e o motorista se conhecem desde a década de 1980, quando ambos eram do Exército. Jair Bolsonaro declarou que o dinheiro ingressado na conta da esposa — omitido em sua declaração de Imposto de Renda — representa o pagamento parcial de um empréstimo de R\$ 40 mil feito por ele a Queiroz. E que o dinheiro só não foi remetido à conta dele, Jair, porque “não tem tempo de ir ao banco...”.

Curiosa a alegação, já que, após o primeiro turno da eleição, Bolsonaro duas vezes se deixou fotografar em caixas eletrônicos.

Em vídeo na Web, em 12 de dezembro de 2018, Bolsonaro declarou: “Dói no coração da gente? Dói, porque o que nós temos de mais firme é o combate à corrupção”. E frisou: “Deixo bem claro que eu não sou investigado, meu filho Flávio não é investigado, e pelo que consta esse ex-assessor será ouvido pela Justiça. O que a gente mais quer é que seja esclarecido o mais rápido possível e sejam apuradas as responsabilidades”.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, perdeu as estribeiras quando indagado sobre o caso. Rogou à mídia “uma trégua” e que deixasse o caso pra lá.<sup>12</sup> Sergio Moro também se esquivou da indagação e encerrou uma entrevista. Mas como o vice-presidente eleito, general Mourão, declarou apoiar uma investigação, Moro se manifestou também favorável. Segundo Mourão, o motorista “precisa dizer de onde saiu o dinheiro”. E frisou na revista online *Crusoe*: “Esse cara tem que vir a público e dizer. Ou ele admite: ‘Não, isso era um esquema meu, porque eu arrumei emprego para esse povo todo aqui e eles me pagaram’, ou ele declara que a culpa é do Flávio”.

Quem descobriu toda a maracutaia foi o Coaf — atual UIF (Unidade de Inteligência Financeira), agora vinculada ao Banco Central<sup>13</sup> —, criado no Ministério da Fazenda, em 1998, para reforçar o combate à lavagem de dinheiro. Em janeiro de 2018, examinou a conta do motorista mantida em uma agência do Itaú, no Rio. O banco havia informado ao Coaf estranhar o vaivém de valores na conta de Queiroz, incompatíveis com a renda dele. De 1º de janeiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017, a conta movimentou R\$ 1,2 milhão. Sacou-se dela mais grana na boca do caixa (R\$ 324 mil) do que o gasto com pagamento de títulos (R\$ 101,5 mil) e cheques (R\$ 41,9 mil).



Dos R\$ 1,2 milhão na conta, entraram R\$ 605,5 mil, dos quais apenas R\$ 81,7 mil concernentes a salários. Ou seja, como assessor de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio, Queiroz recebia uma média de R\$ 6,2 mil por mês. Na época, ele era policial militar e tinha renda mensal de R\$ 24 mil. Os vencimentos na PM não caíam na conta do Itaú. Entre os depósitos feitos nesta conta, ele recebeu, em dinheiro, R\$ 216,4 mil. E mais R\$ 277,2 mil em transferências bancárias. Examinados os DOCs e TEDs, constatou-se que a maioria provinha de funcionários de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa. Entre os depositantes aparece Marcia Oliveira de Queiroz, mulher do ex-PM. Ela depositou R\$ 37,1 mil em parcelas. E tinha salário mensal de R\$ 12,7 mil. Outro depositante era a filha do casal, Nathália Melo de Queiroz, que, após trabalhar no gabinete de Flávio, no Rio, foi nomeada para o gabinete do pai dele em Brasília. Nathália recebia R\$ 10,5 mil mensais e fez vários depósitos no total de R\$ 86,3 mil.

Muitos depósitos foram feitos no mesmo dia de pagamento de salário na Assembleia do Rio ou até três dias depois. Seguiram idêntico padrão 34 das 59 operações financeiras investigadas. As demais ocorreram em até uma semana.

Também trabalhavam no gabinete do deputado Flávio Bolsonaro, por indicação de Queiroz, sua enteada, Evelyn Mayara de Aguiar Gerbatim, 21 anos, e o ex-marido de sua atual mulher, Márcio da Silva Gerbatim. Evelyn foi nomeada assessora parlamentar em 31 de agosto de 2017 para ocupar a vaga da mãe, Márcia Aguiar, mulher de Queiroz, que integrava o gabinete do deputado Flávio Bolsonaro entre março de 2007 e setembro de 2017. A enteada de Queiroz recebeu, em outubro

de 2018, salário líquido de R\$ 7.549,75.

A família Bolsonaro embolsava parte do salário de seus servidores? O relatório do Coaf sobre Queiroz foi resultado da Operação Furna da Onça, investigação do “mensalinho” pago a deputados estaduais do Rio por Jorge Picciani, do MDB, e que prendeu preventivamente sete deputados. As prisões ocorreram a 8 de novembro de 2018, e eles foram libertados, por decisão da Assembleia Legislativa, em outubro de 2019. As prisões foram solicitadas pelo Ministério Público Federal em 16 de outubro de 2018. Um dia antes de o pedido do MPF ser despachado à Justiça, Queiroz tratou de se demitir do gabinete de Flávio Bolsonaro, e a filha Nathália foi exonerada do gabinete de Jair Bolsonaro em Brasília. Presume-se que houve vazamento da operação.

Na noite de 12 de dezembro de 2018, Jair Bolsonaro afirmou em transmissão ao vivo pelo Facebook: “Se algo estiver errado comigo, meu filho ou o Queiroz, que paguemos a conta desse erro. Não podemos comungar com erro de ninguém”.<sup>14</sup>

Em 13 de dezembro, o deputado Flávio Bolsonaro publicou nas redes digitais: “Mantenho nossa coerência de sempre, não existe passar a mão na cabeça de quem errou. Não fiz nada de errado, sou o maior interessado em que tudo se esclareça pra ontem, mas não posso me pronunciar sobre algo que não sei o que é, envolvendo meu ex-assessor”.<sup>15</sup> E acrescentou que seu ex-assessor não movimentou R\$ 1,2 milhão, mas a metade, R\$ 600 mil.

Na mesma data, o vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, declarou que Jair Bolsonaro deveria ter falado antes sobre a movimentação bancária do motorista Fabrício Queiroz:



“Ele demorou a falar. Podia ter falado antes. Esperou aumentar a pressão. Mas acho que falou bem”.<sup>16</sup>

Na quarta, 26 de dezembro, Fabrício de Queiroz deu entrevista exclusiva ao canal SBT, na qual declarou que sua movimentação financeira de R\$ 1,2 milhão nada tinha a ver com o gabinete de Flávio Bolsonaro: “Eu sou um cara de negócios, eu faço dinheiro, compro, revendo, compro, revendo, compro carro, revendo carro. Sempre fui assim, gosto muito de comprar carro de seguradora. Na minha época lá atrás, comprava um carrinho, mandava arrumar, revendia”.<sup>17</sup>

Contudo, não explicou por que recebeu tantos depósitos de assessores de Flávio em sua conta, nem a origem do dinheiro. Prometeu esclarecer tudo ao Ministério Público. “Meu problema é meu problema, não tem a ver com o Flávio Bolsonaro. Não tem a ver com ninguém. Eu vou responder pelos meus atos. Eu sou o problema, não eles” (os Bolsonaro). E jurou: “Eu não sou laranja”.

Queiroz se esquivou duas vezes de depor perante o Ministério Público, nos dias 19 e 21 de dezembro de 2018, alegando razões de saúde. Disse ter bursite em um dos ombros e câncer no intestino.

Em dezembro de 2018, foi operado no Hospital Albert Einstein, de São Paulo, um dos mais caros do país. Na virada daquele ano, viralizou nas redes digitais um vídeo com Queiroz e filhas dançando alegres no quarto do hospital...

Na quinta, 17 de janeiro de 2019, a pedido de Flávio Bolsonaro, o ministro Luiz Fux, do STF, suspendeu a investigação criminal contra o gabinete do filho do presidente e seu ex-assessor, Fabrício Queiroz. Diplomado senador, Flávio

alegou o direito de contar com foro especial, embora na campanha eleitoral seu pai tenha criticado duramente o recurso a este privilégio. Ao tomar essa iniciativa, Flávio deu um tiro no pé. Admitiu estar envolvido com as maracutaias de Queiroz e temer as investigações.

Em julho de 2019, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, também suspendeu, a pedido da defesa de Flávio Bolsonaro, as investigações baseadas em dados do Coaf que tenham sido compartilhados sem prévia autorização do Judiciário, o que beneficiou o senador suspeito. Esta medida, no entanto, foi revertida pela maioria dos ministros do STF na última semana de novembro de 2019.